

# Progresso e Religião

A República no Brasil e em Portugal 1889 • 1910

Amadeu Carvalho Homem  
Armando Malheiro da Silva  
Artur César Isaia  
(Coordenação)



Eduardo C. Cordeiro Gonçalves  
*Instituto Superior da Maia – ISMAI*

## RESSONÂNCIAS EM PORTUGAL DA IMPLANTAÇÃO DA REPÚBLICA NO BRASIL (1889-1895)

«A História do Brasil e a de Portugal encontram-se tão intimamente ligadas que não se pode ter conhecimento completo de uma sem se conhecerem, mais ou menos profundamente, numerosos capítulos da de outra».

BASTO, A. de Magalhães – *Portugal e Brasil*.  
Porto: Liv. Progredior, 1946, p. v.

### 1. Incidência da revolução republicana brasileira na crise portuguesa de 1891-1892

Proclamada de forma incruenta, a República Federativa do Brasil resultou de um longo e complexo processo de tensões político-sociais<sup>1</sup> que vão ter o seu clímax no ministério de Ouro Preto<sup>2</sup>. Com efeito, a 15 de Novembro de 1889, uma revolução militar dirigida pelo marechal Deodoro da

---

<sup>1</sup> Para uma bibliografia sumária em torno da conjuntura e evolução política do Império à República, sugere-se: ANDRADE, Valente – *Evolução política: a queda das oligarquias, ensaio de crítica social*. Pará: S. C. P., 1913; BASBAUM, Leôncio – *História sincera da República: de 1889 a 1930*. Rio de Janeiro: São José, 1958; BOEHRER, George C. A. – *Da Monarquia à República do Brasil (1870-1889)*. Rio de Janeiro: MEC, 1954; BRASIL, J. F. Assis – *A República Federal*. 2ª ed. São Paulo: King, 1885; CARONE, Edgar – *A República Velha. II – Evolução política (1889-1930)*. 4ª ed. São Paulo: Difel, 1983, p. 25 e segs.; SANTOS, José Maria dos – *A política geral do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1989.

<sup>2</sup> Cf. CELSO, Afonso – *O visconde de Ouro Preto*. Porto Alegre: Globo, 1953.

Fonseca derrubou o regime imperial brasileiro e deu lugar à proclamação de uma nova República sul-americana.

Ora, através de nota circular do novo ministro das Relações Exteriores, Quintino Bocaiuva, de 18 daquele mês, a legação de Portugal no Rio de Janeiro foi oficialmente informada da mudança do regime e da intenção do governo provisório acatar todos os tratados e compromissos assumidos anteriormente com outros países<sup>3</sup>. No entanto, as nossas relações com o Brasil atravessaram algumas vicissitudes, sendo que a proclamação da república neste país teve entre nós omnímodas repercussões cujos efeitos se fizeram sentir por muito tempo. Já no dealbar da década de 1890, após um período de relativa estabilidade política, de reformas institucionais e de acentuado investimento prosseguindo a implementação regeneradora do projecto liberal, Portugal é assoberbado por profunda crise a que a mudança de regime político no Brasil não é alheia em algumas das componentes essenciais daquela<sup>4</sup>. Sem embargo, convém salientar, a crise que paira em Portugal na espessura temporal referida revela-se debaixo de múltiplas formas: crise económica, financeira, agrícola, industrial, monetária, de trabalho, política, e se tem, em parte, origem em causas de ordem interna, como os erros dos sucessivos governos, ou de um conflito internacional, tal a questão inglesa, deriva ainda do «conjunto de circunstâncias que caracterizam a situação das sociedades contemporâneas»<sup>5</sup>. Como diria Oliveira Martins, «a série de causas a que diversos autores atribuem as

<sup>3</sup> Cf. ARQUIVO HISTÓRICO DO MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS (A.H.M.N.E.) – *Correspondência da Legação de Portugal no Rio de Janeiro*, Cx. 222. Ofício A – n.º 50, com cópia da nota circular do Ministério das Relações Exteriores do Brasil de 18 de Novembro de 1889. Sobre as nossas relações político-diplomáticas com o Brasil nesta conjuntura, veja-se: GONÇALVES, EDUARDO C. Cordeiro – *Ressonâncias em Portugal da implantação da república no Brasil (1889-1895)*. Porto: Reitoria da Universidade do Porto, 1995, p. 143-150.

<sup>4</sup> Sobre a influência dos designados «sobressaltos brasileiros de 1888-1891» no colapso financeiro português de 1891, veja-se a síntese de: MATA, Eugénia e VALÉRIO, Nuno – *História Económica de Portugal. Uma perspectiva global*. Lisboa: Presença, 1994, p. 162 e segs.; MATA, Eugénia – *As finanças públicas portuguesas da Regeneração à Primeira Guerra Mundial*. Lisboa: Banco de Portugal, 1992.

<sup>5</sup> BASTOS, Teixeira – *A crise. Estudo sobre a situação política, financeira, económica e moral da nação portuguesa nas suas relações com a crise contemporânea*. Porto: M. Lugan Sucessor, 1894, p. VIII.

crises, veremos que todas elas são verdadeiras como causas, erroneas como causa única»<sup>6</sup>.

Importa, assim, acentuar a vertente financeira e monetária da crise<sup>7</sup>, instalada entre nós em 1891-1892, e tentar ver nela alguns reflexos dos acontecimentos brasileiros. Além da sua componente financeira se inserir numa conjuntura internacional de crise — a designada «crise Baring»<sup>8</sup> —, acresce a incidência de um Brasil saído da revolução republicana, cuja influência funcionou com carácter cumulativo e de poderoso catalisador do descalabro financeiro português, definido pela «ruptura da tríade de variáveis macroeconómicas: deficit da Balança Comercial, deficit das contas do Estado, transferência de capital Brasil-Londres-Lisboa»<sup>9</sup>. E é este último vértice a contribuir de forma decisiva nessas rupturas.

Do lado brasileiro, a vida política após o 15 de Novembro de 1889, pejada de golpes militares e revoltas regionais, caracteriza-se, por sua vez, por profunda instabilidade<sup>10</sup> e pelo concomitante descalabro financeiro da República<sup>11</sup>. Somando a tudo isto a queda do preço do café<sup>12</sup>, torna-se incontrolável a baixa do câmbio da moeda brasileira sobre a praça de Londres<sup>13</sup>. Demais, num quadro político-económico mais complexo, podíamos acres-

---

<sup>6</sup> MARTINS, Oliveira — *Circulação fiduciária*. Lisboa: Academia Real das Ciências, 1883, p. 35.

<sup>7</sup> Para uma explicação detalhada desta componente financeira e monetária da crise de 1891-1892, veja-se: SANTOS, Luís Aguiar — A crise financeira e monetária de 1891: uma tentativa de explicação. *Análise Social*. Lisboa. 35: 158-159 (2001) 185-207.

<sup>8</sup> Sobre a conjuntura financeira internacional deste período, atente-se, entre outros, em: KINDLEBERGER, Charles P. — *Problemas históricos e interpretaciones económicas*. Barcelona: Crítica, 1993, p. 200 e segs.

<sup>9</sup> JUSTINO, David — *A formação do espaço económico nacional. Portugal 1810-1912*. Lisboa: Vega, 1988, vol. II, p. 93.

<sup>10</sup> Cf. SANTOS, José Maria dos — *Ob. Cit.*, p. 159 e segs.

<sup>11</sup> Cf. BRITO, José Nascimento — *Economia e finanças do Brasil: 1822-1940*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1945.

<sup>12</sup> Cf. RAMOS, Rui — A crise. In REIS, António[dir.] — *Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Publicações Alfa, 1990, p. 166. Em 1890, o café correspondia a cerca de 65,7% do total das exportações brasileiras. Sobre o assunto, veja-se: SILVA, Maria Betriz Nizza da, *et alii* — *História do Brasil. Colónia — Império — República*. Porto: Universidade Portucalense, 1991, p. 157.

<sup>13</sup> Cf. MATA, Maria Eugénia — *Câmbios e política cambial na economia portuguesa (1891-1931)*. *Cadernos da Revista de História Económica e Social* n.º 8. Lisboa: Sá da Costa, 1987.

centar a extinção da escravatura em 1888, o forte incremento da República à imigração, a lei da Grande Naturalização decretada um mês após a revolução republicana e outrossim as dificuldades, inerentes em parte a esta lei, da transferência de fundos para o exterior.

Ora, as relações económicas entre Portugal e o Brasil fazem deste último um regular devedor do nosso país, convertendo-se, assim, em importante credor da sua antiga colónia junto da Inglaterra. Sendo o mercado britânico o principal mercado para os produtos brasileiros mais exportados — o café e a borracha — e, simultaneamente, o nosso principal parceiro comercial de então, bem como o principal credor do Estado português, a praça de Londres converte-se num «intermediário forçado» da transferência de capitais que anualmente entravam em Portugal provenientes do Brasil. Londres é, desta forma, «o nosso banqueiro e, ao mesmo tempo, o banqueiro do Brasil»<sup>14</sup>, depreendendo-se daqui a inequívoca importância da evolução cambial brasileira para Portugal.

Da observação das séries de taxas de câmbio fornecidas pelo Banco de Portugal<sup>15</sup>, no que ao período subsequente à revolução brasileira diz respeito, conclui-se haver uma acentuada deterioração do câmbio Rio de Janeiro-Londres. Aliás, a «par» em 1889, o câmbio da moeda brasileira em relação à libra sofre violenta depressão em 1890, agravada ainda mais em 1891. A partir daqui, embora constante, a descida é mais lenta.

Parece-nos, pois, decisiva a influência da realidade económica e financeira do Brasil, nomeadamente a sua evolução cambial, no quantitativo das disponibilidades de ouro com que anualmente se podia contar, ou seja, à baixa do câmbio brasileiro corresponde a diminuição simultânea das remessas enviadas<sup>16</sup> pelos nossos emigrantes no Brasil. Exercendo papel

<sup>14</sup> SALAZAR, A. Oliveira – *O ágio do ouro. Sua natureza e suas causas (1891-1915)*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1916, p. 95.

<sup>15</sup> BANCO DE PORTUGAL. Lisboa – *Relatório do Conselho de Administração do Banco de Portugal. Gerência dos annos de 1891-1895*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1892-1896.

<sup>16</sup> Em torno do debate sobre os quantitativos das remessas do Brasil e do movimento de cambiais do Rio de Janeiro para Portugal, veja-se a síntese de: MURALHA, Pedro – *Portugal no Brasil*. Lisboa: Tipografia Luso-Gráfica, 1927, p. 72-73; SIMÕES, Nuno – *O Brasil e a emigração portuguesa (notas para um estudo)*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1934, p. 46 e segs.

primordial no equilíbrio financeiro português, a função desempenhada pelas remessas dos emigrantes<sup>17</sup> foi sucessivamente evidenciada por nomes como Rodrigues de Freitas, Oliveira Martins e Ezequiel de Campos que, para o período de 1881 a 1890, estimaram montantes em torno dos 10 mil contos<sup>18</sup>. Ainda a este propósito, Bento Carqueja refere: «[...] segundo os melhores cálculos, essas remessas podem ser avaliadas em 20 000 contos, em cada ano»<sup>19</sup>. Pese embora alguma indefinição quanto aos montantes enviados, importa sublinhar a ruptura da nossa Balança de Pagamentos face à drástica redução do valor dessas remessas em cerca de 80%<sup>20</sup>, no período de 1889 a 1891.

Em suma, confrontando os valores das remessas e os das taxas de câmbio Brasil-Londres, imediatamente se dilucida serem importantes indicadores que se articulam entre si. E se cotejarmos ainda a evolução das taxas de câmbio Rio de Janeiro-Londres com as de Lisboa-Londres observamos uma nítida correlação.

Foi justamente ao longo de 1890 que o Estado português começou a ver agravados os «embaraços» para sustentar o deficit orçamental, para «honrar os encargos da dívida e socorrer alguns bancos e companhias ferroviárias e coloniais que andavam à beira da falência»<sup>21</sup>. Neste sentido, já Oliveira Martins salientara a dependência, para o saldar das contas, das remessas dos emigrantes e do recurso aos empréstimos nos mercados europeus, sujeitando o Tesouro «à carga inoportável do juro composto»<sup>22</sup>.

<sup>17</sup> Cf. PEREIRA, Miriam Halpern – *Política portuguesa de emigração (1850-1930)*. Lisboa: Regra do Jogo, 1981, p. 36; ALVES, Jorge Fernandes – *Os Brasileiros. Emigração e retorno no Porto oitocentista*. Porto: Ed. Do Autor, 1994, p. 275-281.

<sup>18</sup> Cf. MARTINS, Oliveira – *Política e economia nacional*. Lisboa: Lucas & Guimarães C<sup>a</sup>, 1954, p. 134; FREITAS, J. J. Rodrigues, *et alii* – *O câmbio do Brazil. Collecção de artigos publicados no Commercio do Porto*. Porto: Ty. do «Commercio do Porto», 1886.

<sup>19</sup> CARQUEJA, Bento – *O capitalismo moderno e as suas origens em Portugal*. Porto: Lello & Irmão Editores, 1908, p. 167.

<sup>20</sup> Cf. BANCO DE PORTUGAL. Lisboa – *Relatórios do Conselho de Administração do Banco de Portugal*. Gerências dos anos de 1877, 1878 e 1891. Lisboa: Imprensa Nacional, 1878-1892.

<sup>21</sup> RAMOS, Rui – A crise. In REIS, Jaime. *Op. cit.*, p. 165.

<sup>22</sup> MARTINS, Oliveira – *Fomento rural e emigração*. Lisboa: Guimarães Editores, 1956, p. 194.

Por isso, face aos escolhos com que o Estado português se defrontou para o saldar das contas, o ouro desaparecia da circulação em Portugal, acompanhando a profunda deterioração do câmbio da moeda portuguesa. Bastaria, pois, compulsar os balancetes hebdomadários do Banco de Portugal, entre 1 de Janeiro e 6 de Maio de 1891, para se verificar a forma clara com que se depauperavam as reservas de ouro do Banco, de tal forma que, «apenas chegadas a Portugal, ou [seguiam] para Londres ou se entesouravam»<sup>23</sup>, invertendo-se a sua tradicional posição de importador de ouro. E é este fenómeno, adianta o *Relatório* de gerência de 1891, «a expressão mais frisante da acuidade da crise atravessada»<sup>24</sup>. Com a «corrida aos bancos», a moratória geral de Maio de 1891 e a suspensão provisória da convertibilidade da nota de banco, o Banco de Portugal acaba por assegurar, numa posição algo esdrúxula, os pagamentos internos à custa dos créditos ali contraídos pelo Estado<sup>25</sup>. Já os encargos da dívida pública externa, que só podiam ser assegurados com divisas, são precariamente atenuados com o decreto que determina a redução dos juros e a suspensão da sua amortização.

Longe de se pretender abarcar o debate sobre o fracasso do modelo regenerador-fontista sob o ponto de vista financeiro, visível no abandono do padrão-ouro em 1891 e na bancarrota parcial de 1892, cujo pormenor seria deslocado, impõem-se tão-só sublinhar a influência inequívocamente negativa, na conjuntura económica portuguesa de então, da crise brasileira subsequente à implantação da república, que, como avisadamente salientou Eugénia Mata, teve efeitos «bem mais duradouros do que os das ocasiões anteriores»<sup>26</sup>.

---

<sup>23</sup> BANCO DE PORTUGAL. Lisboa – *Relatório do Conselho de Administração do Banco de Portugal*. Gerência do ano de 1891. Lisboa: Imprensa Nacional, 1892, p. 11.

<sup>24</sup> IDEM - *Ob. cit.*, p. 8.

<sup>25</sup> Cf. SANTOS, Luís Aguiar – *Ob. Cit.*, p. 186 e segs.

<sup>26</sup> MATA, Eugénia – *As finanças [...]*, p. 276.

## 2. Sensibilidades políticas da imprensa portuense face à implantação da República Brasileira

115

Falar das ressonâncias em Portugal da implantação da República no Brasil não dispensa um inquérito aturado à imprensa diária da época, recolha que nos permite a leitura do facto no seu contexto, isto sem se olvidar a necessária articulação com outras fontes coevas e naquela perspectiva que o distanciamento permite.

Sendo, então, a imprensa diária portuense fortemente politizada<sup>27</sup>, está já eivada de grande rigor e de um carácter «semiprofissionalizado»<sup>28</sup>. Deste modo, o Porto constitui o núcleo onde aquele tipo de jornalismo se instalou mais cedo<sup>29</sup>, contando com um alargado grupo de panfletários e jornalistas, destacados vultos da cultura lusíada oitocentista, muitos deles com vincadas preocupações em torno das nossas relações com o Brasil, naturais da cidade ou aí radicados, tal o caso de Bento Carqueja, Basílio Teles, José Caldas, Oliveira Martins, Queirós Veloso, Rocha Peixoto, Rodrigues de Freitas, Sampaio Bruno e muitos outros.

Para uma primeira avaliação das reacções das várias sensibilidades daquela imprensa aos acontecimentos brasileiros, fizemos a aferição dos fluxos noticiosos sobre o referido temário, no período que medeia 16 de Novembro de 1889 e 31 de Dezembro de 1895<sup>30</sup>. Tal exercício incide sobre

---

<sup>27</sup> A este propósito, Ramalho Ortigão chega a considerar os jornalistas «mais homens de Estado do que homens de letras». ORTIGÃO, Ramalho e QUEIRÓS, Eça de – *As Farpas*. Lisboa: Liv. Clássica Editora, 1943, vol. I, p.150.

<sup>28</sup> Cf. SOUSA, Fernando de – *«Jornal de Notícias». A memória de um século (1888-1988)*. Porto: Jornal de Notícias, 1988, p.36.

<sup>29</sup> Cf. OLIVEIRA, Júlio de – O jornalismo no Porto. Evocação dum passado que se esconde nas últimas obras do século findo: jornais e jornalistas de há quarenta anos para cá. In GOMES, Luiz F.[Compilação] – *Jornalistas do Porto e a sua Associação*. Porto: Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto, 1925, p.66.

<sup>30</sup> Num universo de 11 155 referências à revolução republicana brasileira e aos acontecimentos subsequentes, distribuídas tipologicamente por artigos de «opinião», «economia», «telegrafia» e «notícias», a nossa pesquisa alongou-se por mais de 25 mil números de jornais diários, a saber: *O Primeiro de Janeiro*. Porto. 21-27 (16 Nov. 1889-31 Dez. 1895); *Jornal de Notícias*. Porto. 2-8 (17 Nov. 1889-31 Dez. 1895); *A Actualidade*. Porto. 16-17 (17 Nov. 1889- 31 Dez. 1890); *A Voz Publica*. Porto. 1-6 (1 Jan. 1891-31 Dez. 1895); *O Commercio do Porto*. Porto.

*O Primeiro de Janeiro* em representação da imprensa progressista, o *Jornal de Notícias* da regeneradora, *A Actualidade* e *A Voz Publica* da republicana e, por último, sobre *O Commercio do Porto* em representação de uma imprensa designada de «independente». Verificado uma correlação no ritmo quantitativo de artigos em todas as sensibilidades políticas assinaladas ao longo do período proposto, este exercício revela que, em termos relativos, o último mês e meio de 1889 é o período a apresentar maiores fluxos noticiosos sobre o Brasil, isto além do ano de 1893 alcançar um pico em termos absolutos no volume noticioso, sendo este interesse derivado do progressivo agravamento das tensões entre Portugal e o Brasil, a propósito da questão gerada em torno da revolta da Armada Brasileira.

Ora, tomando em linha de conta um ambiente simultaneamente de exaltação e execração da República, a imprensa portuense, logo a seguir à revolução brasileira, reflecte a opinião pública portuguesa na avisada expressão: «Ai do meu dinheiro. Viva a República. Pobre do imperador»<sup>31</sup>. Com leves variantes, eram estas as expressões mais escutadas «por todos os patriotas de Lisboa, nos magotes políticos e brasileiros que [dissertavam] sobre o extraordinário caso à porta da Havaneza, ou sob as famosas Arcadas»<sup>32</sup>. Tudo isto porque, com a revolução, os «capitalistas» temiam pelos interesses que tinham fiados na prosperidade do império, os republicanos — especialmente os que não tinham negócios com o Brasil — celebravam a vitória das suas ideias; e o sentimento geral exprobrava a revolução pela forma com que havia afastado D. Pedro II.

Tal como a generalidade da nossa imprensa diária, o título progressista *O Primeiro de Janeiro* reagiu rapidamente e com «profunda sensação»<sup>33</sup> à notícia vinda do Brasil. Exacerbando junto da nossa opinião pública uma imagem de «zelo» do ministério progressista de José Luciano de Castro

36-42 (16 Nov. 1889-31 Dez. 1895). A este propósito, veja-se: GONÇALVES, Eduardo C. Cordeiro – *Ob. Cit.*, p. 53-5.

<sup>31</sup> *O Primeiro de Janeiro*. Porto. 21: 350 (20 Dez. 1889) 2.

<sup>32</sup> *O Primeiro de Janeiro*. Porto. 21: 350 (20 Dez. 1889) 2.

<sup>33</sup> *Ibidem*.

pelos interesses dos nossos imigrantes no Brasil, foi com algum aparato que noticiou a partida da corveta Bartolomeu Dias para terras brasileiras<sup>34</sup>. Aliás, de um leque de temáticas sobre o Brasil, a eclosão da revolução brasileira é uma das mais abordada pela imprensa progressista, embora seja constante a ideia da inevitabilidade da revolução, ideia bem clara no comentário: «[...] o imperador [D. Pedro II] é o império e o império é o imperador». Entre as teses advogadas pela imprensa progressista fica secundarizado o facto do Brasil se ter transformado em República, não existindo, segundo a mesma tese<sup>35</sup>, diferenças políticas significativas a separar «uma monarquia constitucional de uma república, logo, não se [poderem] afrouxar nem de leve os laços que [uniam Portugal] ao Brasil»<sup>36</sup>. De um elenco assinalável de assuntos que motivam a abordagem do Brasil pela imprensa progressista<sup>37</sup>, o republicanismo e a República são tidos como «exemplar excelente para um estudo de patologia política», devendo por isso ser seguidos «com interesse, n'aquelle organismo [...], a entrada do federativo *morbis* ou da republica *vastatrix*»<sup>38</sup>.

Quanto às reacções da imprensa regeneradora releve-se, desde logo, a grande coincidência de posições assumidas pela de sensibilidade progressista face aos debates de fundo em torno do Brasil saído da revolução republicana. Assim sendo, se por um lado lamenta a queda do império e considera a revolução «uma calamidade»<sup>39</sup>, por outro lado condescende com a nova situação, pois, «se a opinião ali pode e deseja a republica, seria loucura procurar contraria-la, ou tentar manter um regime, que todos estão

<sup>34</sup> Cf. *O Primeiro de Janeiro*. Porto. 21 : 317 (17 Nov. 1889) 2.

<sup>35</sup> Esta problemática pode ser perfeitamente articulada com a tese das «Repúblicas coroadas» que mais tarde será abordada por Wells. Cf. WELLS, H. G. – *A short history of the World*. Leipzig: Tauchnitz, 1923, p. 245.

<sup>36</sup> *A Provincia*. Porto. 7: 23 (29 Jan. 1891) 1.

<sup>37</sup> Matérias políticas como o «republicanismo», o «sistema eleitoral brasileiro», ou económico-sociais como a «questão financeira», o «comércio dos vinhos portugueses no Brasil» e a emigração, constituem as principais temáticas em torno da conjuntura criada com a revolução republicana. Cf. GONÇALVES, Eduardo Cordeiro – *Ob. cit.*, p. 74.

<sup>38</sup> *A Provincia*. Porto. 7: 169 (31 Ag. 1891) 1.

<sup>39</sup> *Jornal de Noticias*. Porto. 5: 81 (3 Abr. 1892) 1.

de acordo, só se conserva em atenção ao prestígio e consideração do imperador»<sup>40</sup>.

118

Já a imprensa republicana, alimentando luta cerrada contra a sua congénere monárquica, aproveita para urdir, em sucessivos editoriais a propósito da revolução brasileira, fortes ataques aos Governos monárquicos e à sua política. Rejubilando com a revolução brasileira, aquela imprensa acusa o critério «judicioso» com que as folhas monárquicas «capitulam a revolução» e a incluem «no grupo das revoltas militares de carácter cazerneiro», tornando-a, por isso mesmo, «incapaz de servir as altas aspirações democráticas que mais intensamente eram invocadas no conflito»<sup>41</sup>.

Sublinhado o carácter «incrúente e patriótico» da revolução, as folhas republicanas consideram que esta terá exercido «grande influência nas ideias políticas do nosso paiz»<sup>42</sup>. A este propósito, também Basílio Teles releva o impacto «que teve entre nós o movimento político brasileiro, em Novembro d'aquelle anno de 1889»<sup>43</sup>. Tido como «um acontecimento singular», o eco causado pelas primeiras notícias da revolução brasileira em Portugal são de «vivo sentimento de surpresa, e de quasi incredulidade. [...] Sabia-se da existencia de larga propaganda nos centros mais populosos do império, mas contava-se ao mesmo tempo com [...] a popularidade de que parecia gozar o imperador e a família impeial»<sup>44</sup>, acrescenta o mesmo autor.

Consumada a implantação da Republica no Brasil, e confirmada entre nós por notícias ulteriores, passaria a figurar «com toda a certeza, entre os estímulos que provocaram a tentativa republicana do Porto em 31 de Janeiro de 1891, caso — continua ainda Basílio Teles — os sucessos africanos

---

<sup>40</sup> *Jornal de Noticias*. Porto. 2: 320 (20 Nov. 1889) 1.

<sup>41</sup> *A Actualidade*. Porto. 16 : 296 (12 Dez. 1889) 1.

<sup>42</sup> *A Voz Publica*. Porto. 5: 1206 (18 Març. 1894) 1.

<sup>43</sup> TELES, Bazilio – *Do Ultimatum ao 31 de Janeiro*. Porto: Livraria Chardron de Lello & Irmão Editores, 1905, p.108.

<sup>44</sup> TELES, Basilio – *Ob. Cit.*, 109. Esta precocidade da implantação da república está claramente explicada em: SILVA, Hélio – *1889: a República não esperou o amanhecer*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1972. Sobre o assunto, ver ainda: SOUZA, Maria Campello de – O processo político partidário na primeira República. In CARDOSO, Fernando Henrique [Dir.] – *Brasil em Perspectiva*. São Paulo: Difel, 1968, p. 187-192.

[não tardassem] a deslocar em Portugal as atenções da multidão»<sup>45</sup>, isto como se pode claramente inferir da leitura da imprensa diária portuense no período subsequente ao *ultimatum* britânico de 1890.

Com um jornalismo bem menos ofegante, *O Commercio do Porto* mostra-se mais comedido na atenção dedicada à eclosão da republica no Brasil. Noticiando com «profunda sensação e indiscutível surpresa» o desenvolvimento dos acontecimentos brasileiros, aquele diário portuense considera ter havido «precipitação» na forma com que entre nós «foram apreciados e até censurados os sucessos que o telegrapho apenas sumarissimamente noticiára. Aquella precipitação [obrigava a ultteriores] contradições»<sup>46</sup>.

De um leque de preocupações inscritas naquela folha afecta aos interesses da burguesia portuense, a propósito do Brasil saído da revolução republicana, salientam-se as de pendor económico, a saber: a actividade comercial entre Portugal e o Brasil em geral, nomeadamente do comércio dos vinhos, bem como as questões relacionadas com as finanças públicas brasileiras, especialmente as questões cambiais.

Próximo das posições da imprensa republicana em questões económicas, *O Commercio do Porto* defende a urgência em se estabelecer com o Brasil uma nova política de tratados de comércio. Neste sentido, de forma bastante clara, antevia a deslocação do eixo de interesses da nova República para os Estados Unidos<sup>47</sup>.

Em suma, mantendo uma postura de grande imparcialidade e rigor face ao evoluir dos acontecimentos brasileiros, *O Commercio do Porto* termina a cobertura deste ciclo conjuntural convicto da necessidade de Portugal estreitar por todas as formas as relações com o Brasil, «consolidando por todos os meios os [...] laços seculares»<sup>48</sup> com a sua antiga colónia.

<sup>45</sup> TELES, Basílio – *Ob. Cit.*, p. 108.

<sup>46</sup> *O Commercio do Porto*. Porto. 36: 324 (17 Dez. 1889) 1.

<sup>47</sup> Cf. Revista financeira e comercial. *O Commercio do Porto*. Porto. 41: 110 (11 Mai. 1894) 1.

<sup>48</sup> Portugal e Brazil. *O Commercio do Porto*. Porto. 42: 64 (16 Març. 1895) 1.

### 3. O Brasil República nos meios culturais portugueses

120

#### 3.1. A *Revista de Portugal* e a revolução brasileira

Fundada e dirigida por Eça de Queirós de 1889 a 1892, a categorizada *Revista de Portugal* foi, então, uma das expressões «mais elevadas da intelectualidade portuguesa»<sup>49</sup>. «Séria e grave», a fazer lembrar a *Revue des Deux Mondes*, dedicou boa parte do seu espaço, entre 1889 e 1890, aos acontecimentos brasileiros após a revolução republicana.

É o próprio Eça, nas suas *Notas do mês*, a visionar as ressonâncias da proclamação da República Brasileira num depoimento que indicia ter sido «um acontecimento que se repercutiu muito mal [no seu] espírito»<sup>50</sup>. Sobre ela escreve: «[...] a revolução do Brazil (tal como contam os telegramas passados através da censura republicana) é menos uma revolução do que uma transformação — como nas mágicas. O marechal Deodoro da Fonseca dá um sinal com a espada: imediatamente, sem choque, sem ruído, como scenas pintadas que deslisam, a Monarchia, o Monarcha, o pessoal monarchico, as instituições monarchicas desaparecem; e, ante a vista assombrada, surge uma República, toda completa, apetrechada, já provida de bandeira, de hymno, de sêllos de correio, e da benção do arcebispo Lacerda»<sup>51</sup>.

Defendendo também a «desimperialização» do Brasil pelo imperador, Eça considera: «entre Monarchia e Republica não havia realmente senão um fio, tão gasto e tão frouxo, que, para o cortar d'um golpe brusco, bastou a espada do marechal Fonseca»<sup>52</sup>.

---

<sup>49</sup> ANDRADE, Miranda de – *Eça de Queirós e a «Revista de Portugal»*. Lisboa: Ed. Álvaro Pinto, 1953, p. 6.

<sup>50</sup> LYRA, Heitor – *O Brasil na vida de Eça de Queiroz*. Lisboa: Edições «Livros do Brasil», 1965, p. 261.

<sup>51</sup> GOMES, João [pseudónimo de Eça de Queirós] – *Notas do mês*. In *Revista de Portugal*. Porto: Editores Lukan & Genelioux, 1889, vol. I, p. 77-78.

<sup>52</sup> GOMES, João [Pseudónimo] – *Notas do Mês*. In *Revista de Portugal*. Lisboa: Lukan & Genelioux, 1889, vol. I, p. 77-78.

Embora vaticinasse, para o Brasil saído da revolução republicana, a «desgraça» e o «cataclismo», Eça está longe das corrosivas *Farpas* dirigidas contra o monarca brasileiro, acabando por se ocupar de forma «séria» da figura de D. Pedro II a propósito da queda do império.

Entre os colaboradores da *Revista* que escreveram sobre a revolução brasileira destaca-se o paulista Eduardo Prado. Sob o pseudónimo de «Frederico S.», Prado, monarquista convicto, esgrimiu fortes ataques à implantação da república no Brasil, aliás «em diagnoses às vezes bastante lúcidas dos percalços do novo regime»<sup>53</sup>. Mesmo antes da queda do império, Eduardo Prado antevia num artigo inscrito no número inaugural da *Revista*, sob a epígrafe *Destinos políticos do Brazil*, o que efectivamente se viria a desenrolar. E os grandes debates sobre o futuro político do Brasil resumia-os a duas interrogações essenciais: «[...] continuará a existir a monarchia? Continuará a existir o Brazil unido?»<sup>54</sup>.

Com os acontecimentos políticos após o 15 de Novembro, Prado alimenta uma série de artigos de implacável violência contra o regime nascente no Brasil, levando Fidelino de Figueiredo a comentar: «[Eduardo Prado] encontrou echo nos meios intelectuais, ainda então, pouco atacados do mal do formalismo político, e achou facilmente razão nos erros e incertezas, nas inexperiencias e ridiculezas dum regimen nascente»<sup>55</sup>.

Além disso, as crónicas de Prado sobre o Brasil republicano acabam por causar algum embaraço ao próprio Eça quando vê alguns dos colaboradores da *Revista*, tal o caso de Teófilo Braga, mais sensíveis às críticas à República, ameaçarem suspender a sua colaboração. Dos que dedicaram a sua atenção às questões brasileiras, atente-se no artigo de Ramalho Ortigão que, inclusive, lhe valeu no Brasil apupos de «asno» e «poseur», artigo que

<sup>53</sup> SÁFADY, Naief – Eduardo Prado. In COELHO, Jacinto do Prado – *Dicionário de Literatura*. 4ª ed. Porto: Figueirinhas, 1990, vol. III, p. 866.

<sup>54</sup> PRADO, Eduardo – *Destinos políticos do Brazil*. In *Revista de Portugal*. Lisboa: Lugan & Genelioux, 1889, vol. I, p. 467.

<sup>55</sup> FIGUEIREDO, Fidelino de – Um século de relações luso-brasileiras (1825-1925). *Revista de História*. Lisboa. 14: 53-56 (1925) 171.

versa algumas das grandes problemáticas da sociedade brasileira de então, isto para nos explicar criticamente o movimento militar de 15 de Novembro de 1889.

Esta campanha de hostilidade à República Brasileira, urdida por alguns colaboradores da *Revista de Portugal*, vai cessar com o primeiro Governo eleito da República e o renascimento internacional do Brasil como República constituída.

### 3.2. José Pereira de Sampaio (Bruno) e *O Brazil Mental*

O publicista e polígrafo portuense José Pereira de Sampaio (Bruno), alto vulto da cultura lusíada na viragem do século XIX para o século XX, a quem cabe acção marcante da república, visível na doutrinação da revolta do 31 de Janeiro de 1891, assinala de forma clara a crítica política ao Brasil República onde o positivismo era dominante: «[...] uma corrente mental se concretizou em instituições políticas; e o republicanismo fluminense é a simples aplicação do positivismo parisiense»<sup>56</sup>.

Ora, pouco tempo volvido sobre a revolução republicana brasileira, Bruno vem a lume, em *A Republica* e *A Republica Portuguesa*, com uma série de artigos dedicados aos acontecimentos brasileiros.

Partindo da crítica à incipiente política externa portuguesa, Sampaio Bruno considera a queda do Império Brasileiro mais um forte contributo para o progressivo isolamento internacional de Portugal<sup>57</sup>. Porém, aponta uma solução: «se [ ... ] Portugal fosse Republica, é claro que a Hespanha seguiria o seu exemplo a curto trecho. E ahí temos o primeiro aliado. O segundo aliado seria a França. E um terceiro [ ... ] os Estados Unidos. Sem fallar já na immediata reconquista dos recursos perdidos do Brazil»<sup>58</sup>.

<sup>56</sup> BRUNO – *O Brazil Mental*. Porto: Livraria Chardron, 1898.

<sup>57</sup> BRUNO, Sampaio – Portugal isolado por ser Monarchia. Com allianças se fosse Republica. *A Republica Portuguesa*. Porto. 1: 7 (7 Set. 1890) 1.

<sup>58</sup> BRUNO – Dialéctica. *A Voz Publica*. Porto. 7: 1841 (27 Jun. 1896) 1.

Associando a república ao «amor patriótico», para Bruno o advento daquela no Brasil não era sinal de decrepitude do Império, porque este não tinha «traído a pátria; não arrastara a bandeira nacional; não abdicara perante o estrangeiro, antes com ele frequentes vezes se batera»<sup>59</sup>. Este temário é igualmente aproveitado por Bruno como lastro para fazer assentar a sua ideia de república em esteios fundamentais como os valores da «Justiça, Liberdade e Paz».

Ainda no rescaldo dos acontecimentos brasileiros, ao reflectir sobre figuras marcantes da nova República, Bruno elogia nomes como Alencar Araripe ou Assis Brasil. São destes e de outros nomes que Bruno vai partir em *O Brazil Mental* para analisar a fonte de todos eles, o sistema positivista de Augusto Comte<sup>60</sup> e, assim, mostrar o equívoco em que o Brasil teria incorrido ao subordinar-se à cultura francesa ou até à cultura alemã, «em vez de manifestar independência de pensamento e exprimi-la em amigável diálogo filosófico de alguém-e-além Atlântico»<sup>61</sup>.

Com *O Brazil Mental* a «ordem positiva» de Bruno já não se ajusta à sua versão de «Progresso», aos seus ideais de «Liberdade e Paz»<sup>62</sup>. Embora se considerem estas reacções anti-positivistas de algum modo «anti-Teófilo Braga», com *O Brazil Mental* Bruno pretendia contribuir para a aproximação e mútuo conhecimento luso-brasileiro, tanto mais que, mergulhado na crise finissecular, Portugal «carecia da solidariedade do país irmão».

Por fim, o Brasil com a «combatividade» que implantou a república devia, ironiza Bruno, «servir de exemplo à sufficiência infundada dos que, ficando-se de susto, teem o topete de chamar bananas aos brasileiros, por sua suposta molleza». Com os factos a provar o contrário, confessa: «[...] os

<sup>59</sup> BRUNO, Sampaio – Depois da festa. *A Republica Portuguesa*. Porto. 1: 78 (17 Nov. 1890) 1.

<sup>60</sup> Cf. MORUJÃO, Alexandre Fradique – O itinerário filosófico de Sampaio Bruno. *Revista Portuguesa de Filosofia*. Braga. 54: 3-4 (1987) 231.

<sup>61</sup> RIBEIRO, Álvaro – *Os positivistas. Subsídios para a História da Filosofia em Portugal*. Lisboa: Liv. Popular de Francisco Franco, 1951, p. 146.

<sup>62</sup> Cf. VARELA, Maria Helena – «Sofia» e «Professia» na filosofia da História de Sampaio Bruno. Porto: B.P.M.P., 1990, p. 84.

bananas somos nós, abundosos de arremetidas e feros, mas cuja leiva ainda não conseguiu parir um marechal Deodoro e um almirante Vandenkolk. Por isso calocio. Prudentemente»<sup>63</sup>.

Longe de ser um «livro de circunstância», *O Brazil Mental* «é directa e expressamente um programa de acção»<sup>64</sup>. Deste modo, percorrendo do Brasil um país novo, Bruno termina com um apelo combativo: «[...] mais que um direito, era um dever»<sup>65</sup>.

### 3.3. Os meios católicos e a revolução: o exemplo de *A Palavra*

Acolhendo a notícia da implantação do regime republicano no Brasil com grande reserva, *A Palavra*, órgão dos católicos constitucionais do Porto, considerava a revolução brasileira uma «tolice»<sup>66</sup>. Aliás, ao longo dos meses subseqüentes à viragem de regime político no Brasil, subsume-se naquele título a questão do anticlericalismo republicano brasileiro<sup>67</sup>.

Embora considerado um periódico politicamente neutro no domínio dos princípios, teria de o ser também com a república. Era, pois, seu entendimento que a Igreja não devia afrontar qualquer que fosse a forma de Governo, antes coexistir pacificamente com todos os sistemas políticos<sup>68</sup>, isto apesar de relevar o facto desse programa não poder hostilizá-la nos seus fundamentos essenciais, ou seja, os da Moral e da Religião.

Já o claro repúdio de *A Palavra* pela revolução republicana brasileira significa, por sua vez, uma adesão da orbe católica ao regime constitucio-

<sup>63</sup> BRUNO – *Ob. cit.*, p. 467.

<sup>64</sup> SOVERAL, E. Abranches – Introdução ao pensamento de Sampaio Bruno. *Revista Portuguesa de Filosofia*. Braga. 42: 3-4 (1986) 415.

<sup>65</sup> BRUNO – *Ob. cit.*, p. 470.

<sup>66</sup> Correio de Lisboa. *A Palavra*. Porto. 8: 1333 (19 Nov. 1889) 3.

<sup>67</sup> Protesto do episcopado brasileiro. *A Palavra*. Porto. 19: 68 (31 Ag. 1890) 1; O Episcopado Brasileiro ao Congresso Nacional. *A Palavra*. Porto. 19: 162 (21 Dez. 1890) 1; A maçonaria e a republica. *A Palavra*. Porto, 19: 126 (8 Nov. 1890) 1.

<sup>68</sup> Cf. POLICARPO, João Francisco de Almeida – *O pensamento social do Grupo católico de «A Palavra» (1872- -1913)*. Lisboa, INIC, 1992.

nal português, ou de outro modo, a rejeição da tese da substituição de regime, facto que, todavia, não corresponde à aceitação das políticas e dos métodos seguidos na governação<sup>69</sup>. Demais, no ensejo, *A Palavra* aproveitava para firmar o exercício por parte da Igreja de direitos consignados à sociedade civil, tal o caso da liberdade de associação, expressão e de informação sob o signo de uma interpretação cristã das «liberdades modernas»<sup>70</sup>.

#### 4. O poder e as instituições face à República Brasileira

##### 4.1. O Parlamento

Quando a revolução republicana eclodiu no Brasil, as cortes portuguesas encontravam-se encerradas desde 10 de Julho de 1889, voltando a reunir somente a 2 de Janeiro do ano seguinte. Todavia, nos primeiros meses da legislatura aí iniciada, verificou-se algum silêncio em torno dos acontecimentos brasileiros. Já só no segundo semestre de 1890 se verifica o predomínio de três grandes segmentos de temáticas dedicadas ao Brasil pela Câmara dos Deputados, a saber: o exílio da família imperial brasileira; as consequências do decreto brasileiro da Grande Naturalização; o reconhecimento da nova República. Além destes temários, a Câmara dos Pares acrescenta o das relações comerciais de Portugal com o Brasil Republica.

Com a revolução republicana brasileira e a consequente mudança de regime político, transparece, quer nos discursos da coroa, quer no dos parlamentares ou membros do Governo, uma nítida consciência da fragilidade da posição portuguesa no Brasil, país que tinha assumindo importância

<sup>69</sup> Esta atitude surge na sequência da recepção da política do *ralliement* leonino em Portugal e do fim do «contencioso» com os governos liberais. Sobre o assunto, veja-se: GONÇALVES, Eduardo C. Cordeiro – *Católicos e Política (1870-1910): o pensamento e a acção do conde de Samodães*. Maia: ISMAI, 2004, p. 248 e segs.

<sup>70</sup> Cf. A republica brasileira. *A Palavra*. Porto. 19.149 (5 Dez. 1890) 1; O Catholicismo no Brazil. *A Palavra*. Porto. 19: 102 (10 Out. 1890) 1.

nodal para a nossa economia ao longo da segunda metade do século XIX. Além disso, os debates parlamentares em torno das questões relativas ao Brasil são também uma demonstração do mútuo desprestígio dos partidos políticos da monarquia constitucional portuguesa, bem como reveladores de um claro «divórcio» face aos imperativos do Estado.

#### 4.2. Revolução e diplomacia

O primeiro gesto da diplomacia portuguesa quando rebentou a revolução no Brasil está ligado à autorização de acolhimento entre nós do imperador D. Pedro II e de sua família<sup>71</sup>. Em simultâneo, com significado político ou não, Gustavo Nogueira Soares, a exercer funções de ministro Plenipotenciário de Portugal no Rio de Janeiro, retirou-se dois dias volvidos sobre a revolução, deixando a Legação nas mãos de um Encarregado de Negócios.

Entretanto, o problema do reconhecimento da nova República foi largamente debatido na imprensa portuguesa de então, com mais intensidade nos títulos republicanos após o *ultimatum* britânico de 12 de Janeiro de 1890. A este propósito, o historiador brasileiro Rocha Pombo, que era republicano, considera o Partido Republicano Português responsável pela forte pressão na opinião pública com o objectivo de apressar o reconhecimento do novo regime brasileiro<sup>72</sup>.

Pese embora os esforços desenvolvidos pelo ministério de Hintze Ribeiro para o restabelecimento das relações oficiais entre os dois Governos, Portugal só reconhece oficialmente a República Brasileira após serem

---

<sup>71</sup> Cf. A.H.M.N.E. – *Arquivo da Legação de Portugal no Rio de Janeiro*. Ano de 1889. Correspondência do Governo Português. Telegrama de Barros Gomes ao ministro Plenipotenciário de Portugal no Rio de Janeiro, de 16 de Novembro de 1889, autorizando em nome do Rei a vinda da família imperial brasileira.

<sup>72</sup> Cf. POMBO, Rocha – *História do Brasil*. Rio de Janeiro: Benjamin de Aguiar Editor, [s.d.], vol. X, p. 322.

conhecidos os resultados das eleições brasileiras de 15 de Setembro de 1890<sup>73</sup>.

Ainda no quadro das conturbadas relações com o Brasil, a reflectirem um acelerado processo de deterioração, atente-se na lei brasileira da Grande Naturalização, diploma altamente inibidor dos interesses portugueses no Brasil<sup>74</sup>, no fracasso do Tratado de Comércio e Navegação assinado no Rio de Janeiro em 1892, embora nunca ratificado pelo Governo da República<sup>75</sup>, e no corte de relações diplomáticas entre Portugal e o Brasil, na sequência das interferências portuguesas na revolta da Armada Brasileira de 1893. Aliás, as relações diplomáticas entre os dois países só foram reatadas em 1895, altura em que se encetou um processo de tímida aproximação luso-brasileira<sup>76</sup>.

## Concluindo

A implantação da república no Brasil e a difícil situação politico-económica com que então este se viu confrontado revelou-se um fenómeno com múltiplas ressonâncias em Portugal.

Com efeito, no plano económico relevam-se alguns indicadores a ressentirem entre nós a viragem política do Brasil. Neste sentido, a quebra do curso da moeda brasileira sobre Londres e, por arrastamento, o da portu-

---

<sup>73</sup> A.H.M.N.E. – *Arquivo da Legação de Portugal no Rio de Janeiro*. Ano de 1890. Telegrama de Hintze Ribeiro a Garcia da Rosa, de 19 de Setembro de 1890.

<sup>74</sup> Cf. GONÇALVES, Eduardo Cordeiro – O decreto brasileiro da Grande Naturalização: uma lei inibidora dos interesses portugueses no Brasil. *Encontros*. Porto. 1: 1 (Abr.-Set. 1995) 75-88.

<sup>75</sup> Sobre o assunto veja-se o acervo documental citado por: GONÇALVES, Eduardo Cordeiro – *Ressonâncias [...]*. p. 38-46.

<sup>76</sup> «[...] excepção da arbitragem na pendência anglo-brasileira sobre a ilha Trindade, da projectada viagem do rei D. Carlos ao Brasil, malograda por um crime nefando, e os recentes actos políticos da viagem aérea, da visita presidencial ao Rio de Janeiro e da nossa megalomânica representação no centenário da independência brasileira, pouco temos feito para conservar a excepcionalíssima posição que tínhamos no coração do Brasil». DIAS, Carlos Malheiro – Relações Luso-Brasileras. *Lusitânia: Revista de Estudos Portugueses*. Lisboa. 1:2 (Març. 1924) 196.

guesa sobre a mesma praça, é forte responsável pela drástica redução das remessas dos emigrantes após 1890. A diminuição dos fluxos das transferências privadas de capitais vem, pois, periclitando o papel que desempenhavam no equilíbrio do deficit normal da Balança Comercial. Em consequência, a Balança de Pagamentos após 1891, ao confrontar-se com a exportação maciça de ouro, regista uma súbita alteração do seu saldo e confirma a elevada escassez de liquidez internacional da economia portuguesa. Assim, apesar da crise que assoberbou Portugal, em 1891-1892, se inserir num contexto internacional de crise, o Brasil saído da revolução republicana teve um carácter cumulativo e funcionou como poderoso catalisador do descalabro financeiro português.

Já no plano das relações comerciais entre os dois países os efeitos da revolução não se ressentiram tão violentamente. A própria evolução das razões de troca das importações e exportações apenas denota deterioração lenta. Como a imprensa portuguesa propalava frequentemente, em matéria de relações comerciais «tanto dá que seja Império como República». De resto, prova-o a vontade unânime da celebração de um Tratado de Comércio com o Brasil, mau grado a relutância da nova República sul americana à prossecução de tal política aduaneira.

Da opinião pública portuguesa face ao Brasil República, a partir dos vários alinhamentos políticos da imprensa diária portuense, ressalta o confronto entre dois tipos de posições que, a partir de determinada altura, se tornaram irreduzíveis: o desejo, por parte dos republicanos, de emancipação e sucesso do novo regime político brasileiro, afrontado às críticas sobre a forma e momento em que foi implantada a República e consequente deposição do imperador. Tal viragem é tida pelos monárquicos portugueses como uma autêntica «inversão histórica» do Brasil. Deste antagonismo salienta-se ainda o desassombro demonstrado pelos republicanos, reflectindo já um fervoroso empenho na propaganda que soava como «solução da pátria moribunda». Aqui, são frequentes as acusações à família política monárquica da vontade sebastianista do regresso à situação anterior ao 15 de Novembro de 1889. Não ficou demonstrado que estes efectivamente o desejassem.

Se o advento da República Brasileira fermentou o gérmen da suspicácia em certos meios culturais portugueses, a sondagem feita ao mundo das relações diplomáticas entre os dois países fez-nos constatar um «acordar» repentino de Portugal, que levou, como o nota e bem Fidelino de Figueiredo, a um «delírio de intercâmbio» e à vontade, quase à viva força, de uma aproximação ao Brasil. Do lado brasileiro passou-se justamente o contrário: ao exacerbar do nativismo lusófono, com tudo o que continha de injusto, adveio uma política que acentuou o eixo Brasil-Estados Unidos da América em detrimento do europeu.

Com a guerra civil que envolveu o Brasil entre 1893-1894, as relações político-diplomáticas com Portugal vão acentuar um processo larvar conducente à ruptura diplomática. Com efeitos altamente negativos para Portugal, a pendência diplomática com o Brasil foi geradora de exigências de todos os quadrantes da nação, para que o ministério de Hintze pusesse termo ao conflito. Neste contexto, a acção de Carlos Lobo de Ávila ou Pinto do Soveral na pasta dos Estrangeiros, em relação à Inglaterra, vem alterar a orientação prosseguida por Barros Gomes durante o ministério progressista de José Luciano de Castro. Portugal, a braços com grande instabilidade interna, ainda no rescaldo da grave crise económico-financeira, no plano externo expõe-se ao alcance da esfera de acção britânica. Demonstrando as suas limitações — recursos esgotados e sistema político inoperante —, com pouca capacidade de decisão, de que é exemplo flagrante a inépcia revelada pela diplomacia no caso dos asilados da revolta da Armada Brasileira, Portugal acaba por se socorrer da mediação inglesa para a resolução do conflito pendente com o Brasil.

Em suma, as repercussões da revolução republicana brasileira entre nós levaram-nos a contemplar os três elementos preponderantes da política portuguesa da década de 1890: a crise que se revelou em omnímodas formas; as tentativas de «Vida Nova»; e o permanente confronto diplomático que pode também ser ilustrado com as relações luso-brasileiras na conjuntura.